

Ideologia e cultura na obra de John B. Thompson

FELIPE TAVARES PAES LOPES*

Resumo

Este trabalho analisa a teoria social de John B. Thompson à luz de dois conceitos-chaves: ideologia e cultura. Para realizar tal análise, o trabalho foi dividido em três partes: num primeiro momento, apresento a conceituação de ideologia do autor e discuto suas vantagens analíticas para o estudo das formas simbólicas. Num segundo momento, apresento sua conceituação de cultura e discuto suas vantagens analíticas para esse tipo de estudo. Num terceiro e último momento, analiso as conexões teóricas entre esses dois conceitos e suas implicações metodológicas. Em especial, o referencial metodológico da hermenêutica de profundidade, que busca contemplar tanto as características estruturais das formas simbólicas quanto suas condições sócio-históricas.

Palavras-chave: Ideologia; Cultura; Metodologia.

Ideology and culture in John B. Thompson's work

Abstract

This essay aims to analyze John B. Thompson's social theory focusing two of its main concepts: ideology and culture. To do so this essay was divided in three parts: in the first one, I present the author's concept of ideology and discuss its analytical advantages for the study of the symbolic forms. Then, I present his concept of culture and discuss its advantages for this type of study. Finally, I analyze the theoretical connections between both concepts and their methodological implications; giving special attention to the methodological referential that Thompson calls "Depth Hermeneutics", which aims to consider both the structural characteristics and the socio-historical conditions of the symbolic forms.

Key words: Ideology; Culture; Methodology.



* **FELIPE TAVARES PAES LOPES** é pós-doutorando na Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Introdução

Em “Ideologia e cultura moderna”, John B. Thompson (2000) faz uma avaliação crítica de um grande número de importantes contribuições à teoria social contemporânea a fim de repensar o conceito de ideologia à luz do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa¹. No curso dessa avaliação, o professor e pesquisador da Universidade de

Cambridge, Inglaterra, promove uma discussão acerca da natureza e do papel da ideologia, relacionando-a com a linguagem, com o poder e com o contexto social, além de desenvolver algumas ideias sobre os modos como a ideologia pode ser analisada e interpretada em casos particulares. Um dos seus argumentos centrais é que algumas das principais formulações teóricas que foram desenvolvidas nos últimos anos sobre a natureza e o papel da ideologia nas sociedades modernas são inadequadas sob inúmeros aspectos, principalmente no que diz respeito à forma como elas abordam os meios de comunicação de massa e à importância que lhes conferem para a teoria da ideologia.

A fim de superar essa deficiência, Thompson (2000, p. 12) desenvolve um referencial teórico que permite a compreensão das características distintivas dos meios de comunicação e o curso específico de seu desenvolvimento. A chave desse marco referencial é aquilo que denomina de “mediação da cultura moderna”, “entendendo com isso o processo geral através do qual a



transmissão das formas simbólicas se tornou sempre mais mediada pelos aparatos técnicos e institucionais das indústrias da mídia”. Ao procurar compreender esse processo, o autor reformula o conceito de cultura, enfatizando, ao mesmo tempo, o caráter simbólico da vida social e o fato de das formas simbólicas estarem inseridas em contextos estruturados, que envolvem diversos tipos de

conflitos e desigualdades significativas em termos de distribuição de recursos e poder.

Essa reflexão teórica sobre o conceito de cultura nos permite pensar o papel da ideologia nos dias de hoje. Por esta razão, esse marco teórico tem servido de base analítica para diversas pesquisas em Psicologia Social e em outras áreas das Ciências Humanas e Sociais (LOPES; VASCONCELLOS, 2010). Diante disto, parece ser oportuno tomá-lo como objeto de reflexão teórica. Neste trabalho, optei por examiná-lo à luz de dois conceitos-chaves – as noções de ideologia e cultura – buscando, de um lado, indicar as vantagens analíticas de cada um desses conceitos para o estudo das formas simbólicas em geral e, de outro, suas conexões teóricas e implicações metodológicas. Começo pelo conceito de ideologia.

O conceito de ideologia

Ao longo dos últimos dois séculos, o conceito de ideologia tem sido alvo de intensas batalhas, recebendo uma multiplicidade de significados. Ao analisar a história desses significados, Thompson (2000) distingue dois tipos gerais de concepção de ideologia: a neutra e a crítica. A primeira delas

¹ Tal avaliação já havia sido iniciada por ele em “*Studies in the theory of ideology*” (1984).

compreende a ideologia como uma forma de investigação social ou como um aspecto da vida social como outro qualquer, não sendo nem mais nem menos atraente ou problemático. Assim, dessa perspectiva, um fenômeno considerado ideológico não é necessariamente enganador ou ilusório. Tampouco precisa estar ligado aos interesses de um grupo particular. Entre outros autores, essa concepção foi desenvolvida por Destutt de Tracy, Lênin, Lukács e Mannheim (na sua formulação geral da concepção total de ideologia).

A concepção crítica de ideologia, por sua vez, imputa aos fenômenos caracterizados como ideológicos um criticismo implícito ou sua própria condenação. Nas palavras de Thompson (2000, p. 73) “concepções críticas são aquelas que possuem um sentido negativo, crítico ou pejorativo.” Assim, dessa perspectiva, todo fenômeno ideológico é enganador, ilusório e/ou parcial. Entre outros autores, essa concepção foi desenvolvida por Napoleão, Marx e Mannheim (na sua concepção restrita de ideologia).

Ao formular seu conceito de ideologia, Thompson (2000) insere-se nesse segundo grupo. Mantém, portanto, o sentido crítico do termo. No entanto, embora se apoie nas conceituações críticas anteriores, sua formulação abandona alguns dos temas implícitos nelas. Afinal, tenta captar o espírito de algumas dessas concepções, mas sem ligar-se à letra de nenhuma teoria particular. Thompson propõe, assim, uma conceituação de ideologia ao mesmo tempo construtiva – uma vez que procura elaborar um novo conceito de ideologia, ao invés de restituir algum anterior – e modesta – uma vez que não tenta realizar uma síntese das diversas concepções de ideologia, como se o desenvolvimento

histórico do conceito desembocasse naturalmente numa concepção definitiva.

Essa proposta conceitual de Thompson (2000) objetiva-se numa definição relativamente ampla de ideologia, que a compreende como o *sentido a serviço da dominação*. A fim de precisar tal definição, o autor esclarece que o sentido pelo qual está interessado é o sentido mobilizado pelas formas simbólicas, que estão inseridas nos contextos sociais e que circulam no mundo social – entendendo por formas simbólicas

um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Falas linguísticas e expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito. Mas formas simbólicas podem também ser não linguísticas em sua natureza (por exemplo, uma imagem visual ou um construto que combina imagens e palavras). (THOMPSON, 2000, p. 79).

Além disso, Thompson destaca que uma situação pode ser descrita como de dominação quando relações de poder são sistematicamente assimétricas, ou seja, “quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito” (THOMPSON, 2000, p. 80).

A partir dessa definição de ideologia, uma forma simbólica será ideológica quando, num contexto sócio-histórico determinado, estabelecer e sustentar relações de dominação. Inversamente, será contestatória ou crítica da ideologia quando ajudar a minar essas relações. Assim, a interpretação do potencial ideológico ou contestatório de uma forma simbólica deve explicitar o vínculo entre

os sentidos mobilizados por ela e as relações de dominação que esses sentidos mantêm ou subvertem. Deve, portanto, considerar os contextos sócio-históricos específicos nos quais essa forma simbólica é produzida, transmitida e recebida.

Ao considerar a importância desses contextos na interpretação da ideologia, a proposta analítica de Thompson (2000) nos possibilita evitar uma tendência, prevalente na literatura, de pensar a ideologia como uma característica ou atributo intrínseco de certas formas simbólicas ou sistemas simbólicos, tais como o conservadorismo, o comunismo etc. Em sua proposta, nenhuma forma simbólica é ideológica ou contestatória em si mesma: se ela é ideológica ou contestatória, e o quanto o é, depende da maneira como é usada e entendida em contextos sociais específicos. Por esta razão, esse enfoque pode nos levar a interpretar uma forma simbólica como sendo ideológica em um determinado contexto e como sendo subversiva em outro.

Mais ainda, pode levar-nos a considerar uma mesma forma simbólica como ideológica sob certos aspectos e como contestatória sob outros. Ela pode, por exemplo, sustentar relações de dominação de gênero ao mesmo tempo em que mina relações de dominação de classe. Além do mais, Thompson (2000) chama a nossa atenção para o fato de que a própria mobilização da ideologia pode provocar a sua contradição. Afinal, as pessoas podem não aceitar passivamente as formas ideológicas e as relações de dominação por elas sustentadas. Elas podem, por exemplo, denunciá-las, ridicularizá-las, contestá-las, satirizá-las.

O conceito de ideologia de Thompson (2000) também considera a participação ativa do sentido na constituição da realidade social – sem, todavia, perder de

vista, como fizeram os teóricos das concepções neutras de ideologia, a discussão do entrecruzamento entre sentido e dominação. Com isso, facultamos analisar e colocar em prática essa discussão sem nos conduzir necessariamente ao abstruso debate acerca da “falsa consciência”. Isso se deve pois, ao mesmo tempo em que segue a tradição de concepções críticas de ideologia, essa concepção rechaça a ideia de que toda ideologia seja intrinsecamente ilusória – colocando seu caráter enganador apenas como uma possibilidade contingente. Afinal, trata-se de uma concepção política de ideologia – uma vez que traz para o seu âmago a questão do poder – e não epistemológica – uma vez que nada diz acerca da questão da verdade, ou melhor, de como se conhece o mundo social. Escreve o autor:

não é essencial que as formas simbólicas sejam errôneas e ilusórias para que elas sejam ideológicas. Elas podem ser errôneas e ilusórias. De fato, em alguns casos, a ideologia pode operar através do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, através do obscurecimento ou da falsa interpretação das situações; mas essas são possibilidades contingentes, e não características necessárias da ideologia como tal. Ao tratar o erro e a ilusão como uma possibilidade contingente, ao invés de como uma característica necessária da ideologia, nós podemos aliviar a análise da ideologia de parte do peso epistemológico colocado sobre ela desde Napoleão. (THOMPSON, 2000, p. 76).

Outra vantagem analítica da proposta de Thompson (2000) é o fato de ela não colocar a ideologia como necessariamente dependente das relações de dominação de classe. Pelo contrário, sua concepção de ideologia caracteriza-se

justamente por uma abertura à análise da força simbólica de outras formas de dominação, derivadas ou não das relações de produção. Com isso, facultamos discutir ideologia(s) nas sociedades modernas sem, no entanto, reduzi-la(s) a mero(s) reflexo(s) das estruturas econômicas e sociais. Isso decorre do fato de Thompson partir de uma teoria social que, embora confira importância à luta de classes na análise das sociedades contemporâneas, considera centrais também outros conflitos estruturais, não os condicionando necessariamente às contradições entre o trabalho e o capital. Nas suas palavras:

relações de classe são apenas uma forma de dominação e subordinação, constituem apenas um eixo da desigualdade e da exploração; as relações de classe não são, de modo algum, a única forma de dominação e subordinação.... Vivemos, atualmente, um mundo em que a dominação e subordinação de classe continuam a desempenhar um papel importante, mas em que outras formas de conflito são prevalentes e, em alguns contextos, de importância igual ou até maior. (THOMPSON, 2000, p. 77-78).

Ao cortar o elo entre ideologia e dominação de classe – colocando-o somente como algo contingente e não necessário –, essa concepção de ideologia nos permite escapar do que Thompson (2000) denomina de “tese da ideologia dominante”. De acordo com ele, essa tese é sustentada por autores como Althusser, Poulantzas, Gramsci, Horkheimer, Adorno e Habermas e defende que as ideias e valores estabelecidos e difundidos pela classe dominante (ou classes dominantes) teriam um enorme poder de amalgamento. Com isso, cimentariam as relações sociais em torno de consensos e convergências, subestimando, assim, o predomínio e o peso do desacordo, do

dissenso, do cinismo, do ceticismo, da contestação e do conflito nas sociedades contemporâneas. Consequentemente, ela sobre-estimaria em grande medida o grau em que as pessoas foram integradas com sucesso na ordem social existente. Ao não sobre-estimar esta integração, Thompson nos permite analisar as pessoas envolvidas na produção, transmissão e recepção das formas simbólicas como agentes ativos – que, embora possam ser, até certo ponto, influenciados por essa produção, são capazes de manter certa distância afetiva e intelectual dela. Ou seja, são capazes de ter um pensamento crítico e independente, buscando sempre compreender e reinterpretar as mensagens que recebem. E, ainda que de modo implícito e quase que inconsciente, reformar-se e reentender-se a si próprios através dessas mensagens.

Por último, cabe notar que, ao investigar alguns dos modos gerais através dos quais a ideologia pode operar – como a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação – e as maneiras como esses modos podem estar ligados a várias estratégias de construção simbólica, Thompson (2000) também nos indica algumas das maneiras como o sentido pode ser mobilizado no mundo social e como ele pode estar a serviço da dominação. Com isso, delimita um raio de possibilidades para a operação da ideologia que pode nos auxiliar na análise concreta das formas simbólicas em circunstâncias particulares, avançando nas suas consequências lógicas e sociais.

O conceito de cultura

Assim como o conceito de ideologia, o conceito de cultura possui uma longa história, recebendo uma multiplicidade de significados. Ao analisar o desenvolvimento desse conceito, Thompson (2000, p. 170) realça algumas

das principais dimensões de seus usos, distinguindo quatro tipos básicos: o primeiro deles é aquele que denomina de “concepção clássica de cultura”. De acordo com o autor, essa concepção surgiu nas primeiras discussões sobre cultura – em especial, naquelas estabelecidas entre os filósofos e historiadores alemães nos séculos XVIII e XIX. Nessas discussões, o termo “cultura” era empregado, em geral, para se referir a “um processo de desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas, um processo facilitado pela assimilação de trabalhos acadêmicos e artísticos e ligado ao caráter progressista da era moderna”.

Embora certos aspectos dessa concepção permaneçam presentes ainda hoje em alguns de seus usos cotidianos, os problemas decorrentes de alguns de seus pressupostos fizeram com que ela caísse em desuso nos debates de caráter mais acadêmico. Segundo Thompson (2000), a concepção clássica compreende alguns trabalhos e valores como superiores a outros, tratando-os como o modo pelo qual as pessoas podem se tornar cultas, dignificando-se mental e espiritualmente. Ou seja, ela deposita uma confiança excessiva no progresso associado ao Iluminismo europeu. A principal mudança veio no final século XIX, com o desenvolvimento de uma nova disciplina: a Antropologia. A partir de então, o conceito de cultura perdeu algumas de suas conotações etnocêntricas e foi adaptado aos objetivos e afazeres da descrição etnográfica. Assim, a “concepção clássica de cultura” deu lugar a várias outras. Thompson distingue duas delas: a que denomina de “concepção descritiva” e a que denomina de “concepção simbólica”.

A “concepção descritiva” foi amplamente empregada nos escritos dos historiadores culturais do século XIX

interessados na descrição etnográfica de sociedades não europeias. Entre aqueles que desenvolverem essa concepção, Thompson (2000) destaca os trabalhos de Klemm, de Tylor e de Malinowski. De acordo com o autor, a despeito das evidentes diferenças entre eles, esses trabalhos partilham uma visão comum de cultura e de algumas das tarefas do estudo dos fenômenos culturais. Em todos eles a cultura de um grupo ou sociedade é, basicamente, compreendida como as crenças, costumes, ideias e valores que as pessoas adquirem enquanto membros do grupo ou da sociedade. Ou ainda, como os artefatos, objetos e instrumentos materiais por elas adquiridos. Em certa medida, o estudo da cultura pressupõe, aqui, comparar, avaliar e analisar cientificamente esses fenômenos.

Existem, todavia, visões diferenciadas entre esses autores acerca de como esse estudo deve proceder – alguns sustentam, por exemplo, que ele deve ser realizado dentro de um referencial evolucionista; enquanto outros argumentam que ele deve dar prioridade à análise funcional. De acordo com Thompson (2000), as principais dificuldades da “concepção descritiva” diz respeito mais àquilo que ela pressupõe para o estudo da cultura do que propriamente a ela mesma. Nas suas palavras,

sem uma especificação adicional do método de análise, a concepção descritiva de cultura pode permanecer vaga. Além disso, também podemos ter algumas reservas acerca da amplitude do conceito de cultura do modo como ele é empregado por Malinowski e outros. Usado no sentido de englobar tudo o que “varia” na vida humana, afora os desvios físicos e as características fisiológicas dos seres humanos, o conceito de cultura se torna coextensivo com o da própria antropologia, ou mais precisamente

com o da “antropologia cultural”. O conceito se torna, na melhor das hipóteses, vago, e, na pior, redundante; de qualquer modo, ele corre o risco de perder aquela qualidade de precisão que beneficiaria uma disciplina que busca estabelecer suas credenciais intelectuais. (THOMPSON, 2000, p. 174).

A preocupação em opor-se a este risco foi um dos fatores que estimulou o desenvolvimento da “concepção simbólica de cultura”, que começou a ser esboçada na década de 1940 por L. A. White, em “A Ciência da Cultura”, e que, posteriormente, foi colocada no centro dos debates antropológicos por Clifford Geertz (THOMPSON, 2000). Em “A interpretação das culturas”, Geertz (1989) compreende cultura, basicamente, como as teias de significado tecidas pelo ser humano, bem como a análise dessas teias. Segundo Thompson (2000), esta abordagem manifesta claramente a “concepção simbólica de cultura”, caracterizando a cultura como o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas em função da qual as pessoas se comunicam umas com as outras e partilham suas experiências, concepções e crenças.

Desse ponto de vista, realizar uma análise cultural significa, principalmente, elucidar esses padrões de significado e interpretar os significados incorporados às formas simbólicas – o que difere bastante da análise implicada na “concepção descritiva”, que prevê a classificação e análise científica, a mudança evolucionista e a interdependência funcional. A principal dificuldade e fraqueza da “concepção simbólica de cultura”, segundo Thompson (2000), é que ela não dá atenção devida aos problemas de poder e conflito, passando por cima dos contextos sociais estruturados dentro dos

quais os fenômenos culturais são produzidos, transmitidos e recebidos. Nas suas palavras,

os fenômenos culturais são vistos, acima de tudo, como constructos significativos, como formas simbólicas, e a análise da cultura é entendida como a interpretação dos padrões de significado incorporados a essas formas. Mas os fenômenos culturais também estão implicados em relações de poder e conflito. As ações e manifestações verbais do dia-a-dia, assim como fenômenos mais elaborados, tais como rituais, festivais e obras de arte, são sempre produzidos ou realizados em circunstanciais sócio-históricas particulares, por indivíduos específicos providos de certos recursos e possuidores de diferentes graus de poder e autoridade; e estes fenômenos significativos, uma vez produzidos ou realizados, circulam, são recebidos, percebidos e interpretados por outros indivíduos situados em circunstanciais sócio-históricas particulares, utilizando determinados recursos para captar o sentido dos fenômenos em questão. (THOMPSON, 2000, p. 180).

A fim de evitar essas dificuldades e limitações, Thompson (2000, p. 181) formula aquela que ele denomina de “concepção estrutural da cultura”. Segundo o autor, podemos defini-la como o estudo das formas simbólicas “em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas.” Nesse sentido, os fenômenos culturais devem ser vistos como formas simbólicas socialmente contextualizadas; enquanto que a análise cultural pode ser entendida como o estudo da constituição significativa das formas simbólicas, bem como de sua contextualização social.

Dessa perspectiva, a análise dos fenômenos culturais consiste em, basicamente, interpretar as formas simbólicas à luz dos contextos e processos socialmente estruturados dentro dos quais elas estão inseridas. Ou seja, diferentemente da “concepção simbólica de cultura”, a “concepção estrutural” proposta por Thompson (2000) chama a atenção para a importância desses contextos e processos na análise da cultura. Assim, uma de suas principais vantagens analíticas reside, justamente, no fato de ela enfatizar, igualmente, o caráter simbólico dos fenômenos culturais e o fato de que esses fenômenos estão sempre inseridos em contextos socialmente estruturados.

Ao fazer isto, a concepção estrutural de cultura também se afasta do chamado “estruturalismo”². Afinal, em geral, os métodos estruturalistas estão mais preocupados com os traços estruturais internos das formas simbólicas, enquanto que a concepção estrutural de cultura atenta-se, também, para os contextos e processos socialmente estruturados (THOMPSON, 2000). Conforme veremos adiante, esses métodos até podem ser bastante úteis e válidos para o referencial metodológico proposto por Thompson, mas somente quando combinados com a investigação sócio-histórica.

Conexões teóricas e implicações metodológicas

Uma vez apresentados os conceitos de ideologia e cultura de Thompson (2000) e analisado suas vantagens analíticas, cabe, agora, indicar como esses conceitos se articulam teoricamente e quais são as

suas implicações metodológicas. Conforme sublinhado, a concepção estrutural de cultura assumida pelo autor consiste no estudo das formas simbólicas em relação aos contextos e processos socialmente estruturados dentro dos quais estão inseridas. E é justamente a partir desse estudo que podemos estabelecer a interpretação da ideologia, dado que a singularidade dessa interpretação está precisamente na conexão entre os sentidos mobilizados pelas formas simbólicas e as relações de dominação que estes sentidos ajudam a estabelecer e sustentar nos seus contextos de produção, transmissão e recepção. Ou seja, a interpretação da ideologia só pode ser realizada dentro de um tipo de análise cultural que enfatiza, simultaneamente, o caráter simbólico da vida social e o fato de que esta envolve conflitos, relações de dominação e desigualdades sistemáticas em termos de distribuição de recursos.

Além do mais, conforme já sugerido, é porque Thompson (2000) destaca o caráter socialmente estruturado dos fenômenos culturais, mas sem colocar a dominação de classe como o eixo principal (ou, até mesmo, único) da exploração e desigualdade social, que ele pode desenvolver uma concepção de ideologia que contempla também outras formas de dominação. Mas se as análises da cultura e da ideologia estão intimamente interligadas no plano teórico, quais seriam as implicações metodológicas dessas análises? Mais concretamente, como Thompson lida com essas análises teóricas na prática?

De acordo com o autor, essas análises teóricas podem ser realizadas concretamente dentro de um marco referencial metodológico descrito como “hermenêutica de profundidade” (HP). Como o próprio nome indica, este referencial se fundamenta na tradição da hermenêutica, que é oriunda dos debates

² Termo habitualmente empregado para se referir “a uma variedade de métodos, ideias e doutrinas associadas a pensadores franceses, tais como Lévi-Strauss, Barthes, Greimas, Althusser e – pelo menos em algumas fases de seu trabalho – Foucault.” (THOMPSON, 2000, p. 182).

literários da Grécia Clássica e que sofreu muitas transformações desde sua emergência há dois milênios. Entre os autores que desenvolveram essa tradição, Thompson (2000) destaca Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur como suas principais influências.

Segundo Thompson (2000, p. 359), esses autores nos chamam a atenção para o fato de o estudo das formas simbólicas ser, antes de tudo, um problema de interpretação. Ou seja, para eles, as formas simbólicas são construções significativas, que não podem ser bem compreendidas apenas através de análises estatísticas e objetivas, como querem alguns positivistas, mas exigem uma interpretação. Além disso, eles nos lembram que “os sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto [da investigação] são, como os próprios analistas sociais, sujeitos capazes de compreender, de refletir e de agir fundamentados nessa compreensão e reflexão.” Ou seja, que as interpretações propostas pelos analistas sociais se colocam numa posição de retroalimentação potencial, podendo, em princípio (e muitas vezes o são na prática), ser apropriadas por esses sujeitos, que depois também podem ser novamente analisados pelos analistas sociais e assim por diante. Por fim, eles – mais especificamente Gadamer – também nos lembram que não somos apenas observadores ou espectadores passivos da história, mas somos parte dela.

Entretanto, segundo Thompson (2000, p. 361), se Gadamer está certo ao “ênfatizar que os seres humanos estão sempre inseridos nas tradições históricas, é também importante reconhecer que os resíduos simbólicos que incluem as tradições podem ter características e usos específicos que mereçam análise posterior.” Como, por exemplo, no caso em que esses resíduos servem para

obscurecer o presente, mascarando a repressão. Assim, seria preciso oferecer metodologias que sejam capazes de concretamente analisar as formas simbólicas e seu potencial ideológico. É esta convicção que o leva a desenvolver sua HP.

A HP foi inicialmente desenvolvida por Ricoeur, que tinha preocupações semelhantes às de Thompson. Todavia, embora concorde com os objetivos gerais de sua obra, Thompson (2000) desenvolve uma HP significativamente diferente³. Afinal, na sua perspectiva, tal obra enfatiza demasiadamente “a autonomia semântica do texto”, abstraindo, conseqüentemente, suas condições sócio-históricas de produção, transmissão e recepção. Assim, a HP desenvolvida por Thompson (2000) contempla tanto as características estruturais das formas simbólicas quanto suas condições sócio-históricas. Para tanto, compreende três fases principais, “que devem ser vistas não como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo.” (THOMPSON, 2000, p. 365).

A primeira delas, a análise sócio-histórica, objetiva “reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 2000, p. 366). Para Thompson, essa reconstrução pode ser feita em cinco níveis distintos de análise, dependendo do objeto e circunstâncias particulares da pesquisa. Em primeiro lugar, podemos identificar e descrever as situações espaços-temporais particulares onde as formas simbólicas são produzidas e

³ Em “*Studies in the theory of ideology*” (1984) e, principalmente, em “*Critical hermeneutics*” (1981), Thompson elabora mais detalhadamente suas críticas ao pensamento de Paul Ricoeur.

recebidas. Em segundo lugar, podemos analisar seus campos de interação – ou, como diria Bourdieu (1983), seus campos sociais – discutindo suas regras e convenções. Em terceiro lugar, podemos reconstruir o conjunto de regras, recursos e relações que constituem suas instituições. Em quarto lugar, podemos analisar as assimetrias, as diferenças e as divisões existentes nessas instituições e nos seus campos de interação. Em quinto e último lugar, podemos investigar os seus meios técnicos de transmissão e difusão.

A segunda fase é a análise formal ou discursiva, que objetiva estudar as formas simbólicas como construções complexas, que possuem uma estrutura articulada. Para Thompson (2000), do mesmo modo que na análise anterior, há diversas formas de se realizar a análise formal ou discursiva, sendo que a forma ideal deve ser definida em função dos objetos e circunstâncias específicas de investigação. Entre os diversos métodos e tipos de análise mais amplamente conhecidos e empregados, o autor destaca dois: a análise semiótica, que investiga “as relações entre [os] elementos que compõe a forma simbólica, ou o signo, e [as] relações entre esses elementos e os do sistema mais amplo, do qual a forma simbólica, ou o signo, podem ser parte” (p. 370). E a análise discursiva, que investiga as “características estruturais e [as] relações do discurso” (p. 371).

Em relação à análise discursiva, o autor observa que ela pode ser realizada por meio de muitos métodos diferentes. Destes, distingue quatro: 1) a análise da conversação, que enfoca as propriedades sistemáticas de diversos modos de interação linguística; 2) a análise sintática, que aborda a sintaxe prática ou a gramática prática, isto é, aquela que empregamos no nosso dia-a-dia; 3) a

análise da estrutura narrativa, que busca “identificar os efeitos narrativos específicos que operam dentro de uma narrativa particular, ou elucidar seu papel na narração da história” (THOMPSON, 2000, p. 374) e 4) a análise argumentativa, que objetiva “reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso” (p. 374).

A terceira e última fase é a interpretação e reinterpretação, que busca explicitar, de modo criativo, o que é dito ou representado pela forma simbólica. Para tanto, apoia-se nos resultados das fases anteriores, indo, porém, além deles. Afinal, como diria Thompson (2000, p. 375-376),

a interpretação implica um movimento novo de pensamento, ela procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados.... Ela transcende a contextualização das formas simbólicas tratadas como produtos socialmente situados, e o fechamento das formas simbólicas como construções que apresentam uma estrutura articulada. As formas simbólicas representam algo, elas dizem alguma coisa sobre algo, e é esse caráter transcendente que deve ser compreendido pelo processo de interpretação.

Ao esquematizar o referencial metodológico da HP nessas três fases, lançando luz tanto sobre os aspectos estruturais quanto conjunturais das formas simbólicas, Thompson (2000) escapa das armadilhas de dois tipos de falácia: a “reducionista” e a “internalista”. A primeira supõe que as formas simbólicas podem ser analisadas a partir apenas de sua localização sócio-histórica, como se seu conteúdo e suas características estruturais não tivessem nada a dizer; enquanto que a segunda supõe que seu conteúdo e suas características estruturais devem ser “o

alfa e o ômega” da análise, como se fosse possível identificar as características e os efeitos das formas simbólicas analisando-as em si mesmas, isoladamente das condições sócio-históricas a partir das quais são produzidas, transmitidas e recebidas.

Ao escapar dessas falácias, o referencial metodológico da HP nos possibilita analisar as formas simbólicas de uma forma geral de uma maneira sistemática e apropriada. No entanto, para interpretar o potencial ideológico dessas formas, Thompson (2000) propõe que implementemos as diferentes fases da HP dando uma inflexão crítica a cada uma delas, com a finalidade de identificarmos o sentido a serviço da dominação. Assim, quando empregada na análise da ideologia, a HP deve prestar atenção especial às formas de dominação que caracterizam os contextos de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas e em como os sentidos mobilizados pelas características estruturais dessas formas simbólicas podem estar alimentando essas formas de dominação. Trabalho que exige, simultaneamente, certa sensibilidade em relação às características estruturais das formas simbólicas e certo conhecimento da forma como são estruturadas as relações humanas.

Considerações finais

Embora a preocupação central deste trabalho tenha recaído sobre as conexões específicas entre os conceitos de ideologia e cultura do Thompson (2000), bem como a pertinência de cada um deles para a análise das formas simbólicas em geral, não poderia encerrá-lo sem indicar que o exame desses conceitos deve,

seguindo as análises do próprio autor, levar em conta o papel central da natureza e do impacto dos meios de comunicação de massa nas sociedades modernas. Afinal, foi graças ao desenvolvimento e proliferação desses meios que assistimos hoje em dia a um processo de mediação da cultura. Processo este que permite que a mobilização dos sentidos das formas simbólicas seja capaz de transcender o contexto social imediato em que essas formas são produzidas, tornando sua audiência mais extensa e potencialmente mais ampla. O que, consequentemente, faz com que o raio de operação da ideologia aumente significativamente, ou seja, faz com que os fenômenos ideológicos possam emergir como um fenômeno de massa.

Referências

- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- LOPES, F. T. P.; VASCONCELLOS, E. G. Os alicerces metateóricos da teoria social de John B. Thompson. **Psico**, v. 41, n. 1, p. 67-75, 2010.
- THOMPSON, J. B. **Critical Hermeneutics: a study in the thought of Paul Ricoeur and Jürgen Habermas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- THOMPSON, J. B. **Studies in the theory of ideology**. Cambridge: Polity Press, 1984.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2000.

*Recebido em 2014-03-21
Publicado em 2014-07-06*